

## PROTEÇÃO SOCIAL, ESTADO E QUESTÃO SOCIAL

SANTOS, Gisele Neto Souza.<sup>1</sup>

MORCELI, Marta Regina.<sup>2</sup>

YWATA, Suzana Yuriko.<sup>3</sup>

BONADIO, Valderês Maria Romera.<sup>4</sup>

PALAVRAS-CHAVE: Proteção social, estado, questão social

O presente trabalho, aborda aspectos históricos da proteção social, considerando seu processo de evolução, a partir da esmola até a política do modelo neoliberal, objetivando discuti-la enquanto direito social, adquirido a partir da organização da classe trabalhadora, de acordo com os diferentes contextos sociais. A trajetória da proteção vem demonstrar que, o Estado se responsabilizou pela garantia dos mínimos sociais, seja nos modelos Liberal, Social, Neoliberal, apesar de em todos os momentos o Estado estar presente, garantindo, mesmo que minimamente, a proteção social, é no Estado de Bem-Estar Social que a figura do Estado apresenta-se em seu ápice quanto a garantia da proteção social. Já no contexto neoliberal, o direito a todos os cidadãos a um mínimo de subsistência é reduzido à benefícios de programas seletivos e focalizados em nome do “bem-estar” do mercado. Objetivou-se refletir sobre a evolução da proteção social enquanto direito social, enfatizando sobre a importância da organização da classe trabalhadora para a conquista da proteção social. A metodologia utilizada para o alcance do objetivo proposto foi a pesquisa bibliográfica. Através do levantamento bibliográfico, já publicado, foi possível cristalizar a discussão proposta. Observou-se que a evolução da proteção social apresenta caminhos mais tortuosos que lineares, onde avanços e retrocessos se alternam, marcados por lutas reivindicatórias de direitos, considerando o Estado uma arena de conflitos de interesses, esse absorve os interesses da classe dominante ao mesmo tempo que media as reivindicações da classe trabalhadora. Referimo-nos a retrocessos quando analisamos a proteção social no que diz respeito ao contexto neoliberal, que prega um Estado mínimo, delegando à sociedade civil a responsabilidade de satisfazer suas próprias necessidades via mercado capitalista. E nos referimos a avanços quando adentramos na discussão do Estado de Bem-Estar Social, onde tem-se como ideário a questão da igualdade econômica e social, caracterizado social-democrático, assegura benefícios básicos e iguais para todos, baseia-se nos princípios da universalidade, solidariedade e igualdade, portanto, regula um amplo leque de medidas de proteção social com caráter universal e redistributivo. Concluiu-se que a provisão de proteção social mediada pelo Estado esteve sempre ligada à questão social, ou seja, somente foi conquistada através de lutas da classe trabalhadora, reconhecendo-se a força social dessa classe, capaz de pôr em risco a estrutura vigente, pressionando o Estado a tomar medidas que atendessem as reivindicações feitas. Embora hoje, diante do contexto econômico e ideológico que a realidade social está exposta, a organização da classe trabalhadora apresenta-se mais debilitada, contudo não deve-se perder de vista que é a partir da força social dessa classe e de outros sujeitos coletivos, que defendem os interesses sociais, que torna-se possível a concretização da proteção social sob a forma de direito social.

---

<sup>1</sup> Graduada em Serviço Social pela Faculdades Integradas Antônio Eufrásio de Toledo.

<sup>2</sup> Graduada em Serviço Social pela Faculdades Integradas Antônio Eufrásio de Toledo.

<sup>3</sup> Graduada em Serviço Social pela Faculdades Integradas Antônio Eufrásio de Toledo. e-mail: yuri\_ywata@ig.com.br.

<sup>4</sup> Orientadora de monografia e coordenadora do Curso de Serviço Social da Faculdade de Serviço Social de Presidente Prudente.